



DOSSIÊ

Lesbianidade Política na Bahia

Que ginga é essa?

Zuleide Paiva da SILVA

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Reconhecendo a lesbianidade como ato de resistência (CLARKE, 1990), tomo as organizações lésbicas como objeto de estudo, apreendendo a experiência (SCOTT, 1998) como ponto de partida dessa reflexão. Situada no campo dos estudos feministas de gênero e sexualidade, reconheço que todo conhecimento é localizado (HARAWAY, 1995) e percebo a ginga como produção de conhecimento feminista (ARAUJO, 2015). Orientada pelo paradigma feminista “o Pessoal é Político” e pelos paradigmas “Exu” e “América Latina”, meu propósito neste texto é apresentar dimensões histórica, política e cognitiva das organizações lésbicas da Bahia que se reconhecem e são reconhecidas como expressões dos novos movimentos sociais (GOHN, 2012). O trabalho reconhece a lesbianidade política na Bahia como ginga pela (re)existência lésbica, uma luta iniciada na capital baiana no tempo da ditadura militar, e sugere que, a partir dos anos 2000, a ginga lésbica se expandiu em rede, seguindo em “continuum lésbico” (RICH, 1980) pela região metropolitana de Salvador e interior do Estado. Sem nenhuma pretensão de verdade, ressalto que este é um saber militante (MERHY, 2008) - reflexões de uma sujeita implicada que se pretende epistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidade Política. Organizações Lésbicas. Bahia. Comunidade de Práticas.



Situando a Sujeita Cognoscente e os Propósitos do Estudo no Campo Feminista

Sonho que sou a Poetisa eleita,
Aquele que diz tudo e tudo sabe,
Que tem a inspiração pura e perfeita,
Que reúne num verso a imensidade!
Sonho que um verso meu tem clareza
Para encher todo o mundo! E que deleita
Mesmo aqueles que morrem de saudade!
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!
Sonho que sou Alguém cá neste mundo...
Aquele de saber vasto e profundo,
Aos pés de quem a terra anda curvada!
E quando mais no céu eu vou sonhando,
E quando mais alto ando voando,
Acordo do meu sonho...

E não sou nada!

(“Vaidade”, Florbela Espanca, 2003)

Ingressei no quadro docente da Universidade do Estado da Bahia em 2003, lotada no Departamento de Educação – Campus XIV, localizado no Território do Sisal - Conceição do Coité, onde mulheres e homens organizados constituem identidade de fibra e resistência, e lutam por um sertão mais justo (SILVA, 2010). No mesmo ano, ingressei no Diadorim - Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade da UNEB e, desde então, tenho me constituído professora pesquisadora lésbica feminista, me desafiando a produzir ciência de outro tipo, como sugere Monique Wittig (2010).

Em 2017, ingressei no Grupo de Pesquisa FEL - Formação, Educação e Linguagens – UNEB, compondo a linha de pesquisa Gênero, Educação e Sexualidade. Atualmente coordeno o Diadorim e desenvolvo dois projetos de extensão vinculados ao FEL, o GLEIGS - Grupo de Leitura e Estudos Interdisciplinares de Gênero e Sexualidades, criado em 2006, e o projeto “Lesbianidades em movimento: história e memória de lésbicas na Bahia”, criado em 2017. Em conjunto, esses projetos dão corpo e movimento aos estudos feministas no referido Campus XIV, criando pontes entre a universidade e os movimentos sociais,



potencializando, assim, a produção de saberes implicados, capazes de borrar o androcentrismo da ciência¹.

Em 2010, através das minhas andanças acadêmicas militantes no Território do Sisal, ingressei na LBL – Liga Brasileira de Lésbica, a primeira rede interracial de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil, criada em 2003 com o propósito de garantir a livre orientação sexual e promover a cidadania e os direitos humanos das lésbicas (ALMEIDA, 2005; LESSA, 2007; SALEM, 2007; SILVA, 2013, 2016, 2017). A potência política dessa rede movimenta meu corpo, lesbianiza e racializa meu pensamento, me impelindo a questionar a produção do conhecimento que nega a existência lésbica. Na tessitura cotidiana da LBL, me reinvento e me constituo sapatão feminista branca, mãe, avó, candomblecista, classe média, dentre tantas outras possibilidades de existência do meu ser plural.

Sabemos pelas lentes de Beauvoir (1945) que não se nasce mulher, torna-se. Da mesma forma, não se nasce lésbica, tampouco sapatão. Conforme relato na tese “Sapatão não é bagunça” (SILVA, 2016), me tornei mulher aceitando a heterossexualidade como norma, me percebendo um corpo disponível para os homens, e me tornei lésbica negando a heterossexualidade percebida como única expressão da sexualidade humana. Me tornei lésbica amando e sendo sexualmente amada por mulheres, descobrindo, em cada beijo na boca, em cada abraço, em cada gozo, as delícias do amor entre iguais. Mas só me tornei sapatão na militância política, no alargamento da minha consciência lésbica, me tornando um ser político, consciente do meu lugar no mundo.

Como bem ressaltam Abbott e Love (1973), a consciência lésbica é arrebatadora, reflete em todas as nossas ações e interações, exigindo uma tomada de decisão. Dessa forma, amando e sendo amada por mulheres, me tornei sapatão na militância lésbica em rede, na construção do bem-viver, aqui pensado como uma maneira ver o mundo e viver nele sem submissão à lógica fragmentária que estrutura o pensamento ocidental (TORINELLI, 2018). Nessa perspectiva, como sugere Michele Torinelli (2018), o bem-viver é uma proposta ética de vida relacionada à forma de se colocar no mundo, de interagir com todos os seres, humanos e não humanos, visíveis e não visíveis, sem perder de

1 Para conhecer os referidos projetos, ver os trabalhos de Oliveira (2017) e Teixeira (2017), ambos produzidos sob minha orientação.



vista que a segmentação da existência se cristaliza no modo de produção capitalista como um todo e, especialmente, no pensamento científico, por meio da especialização e hermetização das disciplinas.

Marcada pela branquitude antirracista, reconhecendo e problematizando os privilégios de classe e raça que me constituem mãe e avó sapatão, busco alargar minha consciência lésbica para alcançar a consciência mestiça apontada pela chicana Anzaldúa (1987) e, com ela, examinar e polemizar as questões sobre as diferenças. Esse tem sido meu desafio. Assim situada, e desafiada a fazer das diferenças uma potência na produção do conhecimento para o bem viver, meu propósito aqui é refletir dimensões histórica, política e cognitiva das organizações lésbicas da Bahia e, assim, apresentar elementos de uma cartografia dos movimentos de lésbicas do Brasil. O ponto de partida da reflexão é a experiência lésbica apreendida pelas lentes da historiadora lésbica Joan Scott (1998), que nega qualquer uso da experiência como a origem do conhecimento. Essa perspectiva assume a historicidade da experiência como impulso de desconstrução dos pilares da ciência moderna, reconhecendo que não são os indivíduos que têm experiência; é a experiência que constitui os indivíduos (SCOTT, 1998, p. 304). Conforme Scott (1998), a experiência é o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado e não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (SCOTT, 1998, p. 304). Pensar a experiência desse modo é, portanto, historicizá-la.

Desde a experiência lésbica militante, minha intenção é produzir um ponto de vista localizado (HARAWAY, 1995) no campo dos estudos feministas, que apreendo, pelas lentes de Sonia Alvarez (2014), como um campo discursivo de ação que conforma comunidades discursivas envolvidas na enunciação de novos códigos culturais e políticos na disputa de representações dominantes. Nessa mirada, o feminismo é uma das formas do conhecimento humano determinada pelas necessidades materiais de quem o produz em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere. Sendo históricos, os feminismos, que “são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; abarcam uma vasta gama de autoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos” (ALVAREZ, 2014, p. 18), se modificam e modificam o campo científico, refletindo desenvolvimento e rupturas na produção do conhecimento. Assim percebido, o campo feminista é rede tecida por diferentes sujeitas/os que, em distintos momentos, ganham



maior ou menor visibilidade política e cultural e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais (ALVAREZ, 2014). Cada sujeita/o do feminismo é, portanto, nó articulador da rede, teia, malha político-comunicativa que conecta organizações, pessoas, práticas, ideias e discursos.

Como nó articulatório do campo feminista, sou, como sugere Alvarez (2014), vinculada a outros nós por uma gramática política forjada nas interações dinâmicas com os campos de poder inseridos em uma determinada conjuntura histórica. Isso significa que as teias discursivas dos feminismos refletem relações de poder, conflitos e lutas interpretativas. Significa ainda que essas teias atendem ao projeto feminista na ciência de “produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres mas também de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas” (OAKLEY, 1999 apud SARDENBERG 2002, p. 89). Vale dizer que o projeto feminista na ciência, como ressalta Sardenberg (2002), é formulado a partir da constatação de que a ciência moderna objetifica a nós mulheres e lésbicas, negando-nos a capacidade e a autoridade do saber, produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios. Assim, os saberes produzidos em campos feministas evidenciam que nós, mulheres e lésbicas, vivemos em uma sociedade machista que se apropria do nosso trabalho, do nosso corpo e das nossas vidas, negando nossa autonomia.

Partindo dessa compreensão, como nó articulatório do campo feminista, ressalto que essa reflexão é saber militante, caracterizado, como afirma Merhy (2008), como produto de uma sujeita epistêmica explicitamente subsumida na sua implicação. Minha implicação, conforme tento evidenciar nessas considerações iniciais, está na minha forma desejanste de apostar no agir no mundo de forma militante, não me reduzindo ao sujeito subsumido ao poder e à lógica ideológica, como o sujeito epistêmico imaginado pelos procedimentos científicos contemporâneos. Portanto, não há neutralidade nesse texto. Ao contrário, há um posicionamento teórico e, conseqüentemente, político, que reconhece a lesbianidade política como ato de resistência.

Corpo Sapatão, Ser de Outro Tipo

Desde os lesbofeminismos, feminismos produzidos pelas lésbicas (FALQUET, 2004), o signo “lésbica” é uma experiência diversa com um grau de identificação tal que é impossível delimitar ou afirmar quem é ou



quem não é lésbica. Significando sapatão, essa etiqueta contém uma utilidade estratégica para o estudo desse ser multiforme como parte relevante de um olhar sobre a ordem que impele o binarismo do gênero, que normalmente se apresenta como neutra. Porém, essa etiqueta não fixa uma identidade subjetiva, tampouco é uma roupa que veste um corpo sexuado. Como afirma Avtar Brah (2006), a construção da identidade é uma produção que está sempre em processo e nunca se completa. Nesse linha de pensamento, também apontada por Stuart Hall (2009), a identidade é uma construção cultural, relacional, provisória, marcada pela diferença por meio de símbolos e só adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. O conceito de identidade é, portanto, estratégico e posicional.

O lesbofeminismo, formado a partir dos anos 1970, dá forma a uma estrutura de identidade coletiva na qual a sapatão - no plural, as sapatonas - pode se reconhecer, dotando a identidade lésbica de uma dimensão política e pública articulada com a luta feminista pela derrocada do patriarcado como sistema de dominação e da ordem heterossexual. Assim, a identidade lésbica é reveladora de um ser de outro tipo, como sugere o poema da ativista lésbica Ana Carla Lemos (2015):

Te vejo²,
Ser que transcende as normatizações
Ser que luta pelos ideais de equidade de gênero, raça e classe.
É assim que te vejo: articulada, movimentos livres, corpos que falam e usam o
megafone quando necessário.
Corpos feministas que vão além da visão de mundo pós-estruturalista em utopias.
Te vejo dentre as revolucionárias de plantão, poesia em versos cortantes e
revolucionários dos feminismos.
Te vejo tecendo teias de sororidade.
Te vejo tecer costuras políticas, inovadoras dentre os corpos lésbicos que
transcendem e não aceitam as normatizações.
Te vejo neste retrato preto e branco, desbotado, mas também colorido, em cinzas,
além da fênix.
Te vejo no retrato histórico político, nossos nomes escritos nas tábuas
revolucionárias.
Não sei se posso nos denominar como mulher, por todas as construções sociais
mesquinhas que deram a este nome, mas te vejo SER.

² Poesia declamada no 8º SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais e no II ENLESBI- Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia.



SER que transcende
SER no mais amplo sentido da palavra.

Essa compreensão do ser lésbica - sapatão - como ser que transcende, ser político, plural, em luta, está alinhada ao pensamento da lésbica radical Monique Wittig (2010), que sugere o ser lésbica como linguagem em ação.

O construto teórico de Wittig, conforme discutido em Silva (2013), coloca em questão a obrigatoriedade da relação social entre homens e mulheres, e propõe a destruição das categorias universais, a exemplo de homem e mulher. Para tanto, Wittig argumenta que a destruição, ou transformação desses conceitos exige uma nova categoria subjetiva, que não seja nem homem, nem mulher. Essa nova categoria deve estar para além do sexo (mulher e homem), sendo a lesbianidade situada no feminismo o lugar social e ontológico adequado para pensar essa nova categoria subjetiva, pois as lésbicas, não são mulheres, são seres de outro tipo (WITTIG, 2010).

Afirmando que a mulher é constituída por uma relação social específica com os homens, da qual as lésbicas escapam, Wittig (1977) teorizou e desenhou um corpo metafórico nomeado “o corpo lésbico”, que pode funcionar como uma máquina de guerra, um “cavalo de Tróia” constituído na linguagem, uma forma material, um conteúdo, um sentido. Esse corpo é produzido pela linguagem para destruir o “Pensamento Heterossexual”, que é apresentado pela autora como um conjunto de discursos que fundamenta o pensamento dicotômico, que cria o “Eu” referente e o “Outro” diferente em todos os níveis (WITTIG, 2010). Ao questionar quem é o “Outro” na sociedade heterossexual, Wittig (2010) afirma que este é o dominado, o oprimido. Porém, ressalta a autora, a sociedade heterossexual não oprime somente as lésbicas e os gays, oprime muitos “outros”. Assim, o “pensamento heterossexual” é responsável pela criação e manutenção das categorias que funcionam como conceitos universais em todos os campos do saber, pois ele cria discursivamente a noção de “mulher” como o diferente, o “outro” do “homem”, o “eu” sempre referente. Da mesma forma, cria o “branco” como o “eu” referente, e o “negro” como o “outro”, o diferente. Essa característica ontológica da diferença sexual afeta todos os conceitos produzidos pelo “pensamento heterossexual”, pois tem a função de naturalizar os conflitos em todos os níveis, sobretudo o ideológico.



Conforme Wittig, a característica ontológica da diferença entre os sexos afeta todos os conceitos que fundamentam a sociedade heterossexual e institui a “Heterossexualidade Obrigatória”, definida por Rich (1980) como instituição política sustentada pelas ideologias que diminuem o poder das mulheres. Para Rich (1980), a obrigatoriedade da heterossexualidade está ligada às formas de produção capitalistas que fomentam a segregação por sexo na esfera do trabalho, impondo às mulheres uma posição social menos valorada da divisão do trabalho. Nessa perspectiva, a heterossexualidade não é uma simples prática sexual, é uma imposição institucionalizada para garantir o acesso físico, econômico e emocional dos homens sobre as mulheres, cuja alternativa conceitual é o “continuum lésbico” e a “existência lésbica”, que desmantelam a naturalidade da heterossexualidade (RICH, 1980).

Retomando e aprofundando a discussão iniciada por Rich (1980), Wittig define a “Heterossexualidade obrigatória” como regime político cuja ideologia está baseada na ideia de que existe a diferença sexual. Para Wittig, a tendência à universalidade torna o pensamento heterossexual incapaz de pensar uma sociedade para além das relações heterossexuais. De forma estratégica, o pensamento heterossexual produz teorias, conceitos, metáforas, signos e mitos que poetizam o caráter obrigatório da relação heterossexual. Certa de que o “pensamento heterossexual” precisa ser combatido, para construir e dar forma ao “corpo lésbico” como um ser que luta contra esse pensamento, Wittig (1977) desconstrói o corpo feminino, o desmembra, decompõe, disseca e depois o reconstrói, dando-lhe uma nova corporeidade. A nova corporeidade fala de si mesmo e, ao falar de si, fala das identidades que se autodenominam lésbicas. Essa desconstrução, de acordo com a espanhola Izabel Balza (2011), representa a destruição do lugar que o corpo da mulher ocupa no sistema da heterossexualidade, é a destruição dos modos pelos quais a subjetividade feminina tem sido possível na história do pensamento. Como bem ressalta Balza (2011), o que Wittig busca é um novo corpo que suporte uma nova subjetividade. O novo corpo é nomeado “corpo lésbico” (WITTIG, 2005), uma metáfora, uma prosa poética que, para Balza (2011), não representa um corpo real físico ou político. Trata-se de uma metáfora sem referente literal. Ao se debruçar sobre o corpo lésbico de Wittig, Balza (2011) diz que ele transcende a marca do gênero e da sexualidade, é um Anti-corpo, um monstro, que pretende abolir e superar a diferença sexual. Esse corpo é renomeado e a nomeação do novo corpo permite construir um novo



lugar para a existência lésbica, um lugar possível, mas negado pela cultura heterossexual. Nessa perspectiva, o “corpo lésbico” desenhado por Wittig é um exercício político, filosófico e literário e, como tal, é ato de resistência, como sugere a afroamericana Cheryl Clarke (1990), que nos mostra que a lesbianidade feminista tem um potencial transformador, capaz de unir lésbicas negras e brancas na luta contra a heterossexualidade obrigatória. Ao enquadrar a lesbianidade como um ato de resistência, sugerindo que as lésbicas escapam do destino das mulheres, e que a mulher que se elege ser lesbiana vive perigosamente, Clarke (1990) posiciona a lesbianidade feminista produtora do “corpo lésbico” em um quadro epistemológico em que todas as pessoas são capazes de aprender e ensinar e, sobretudo, se transformar.

Assim apreendido, “corpo lésbico” é uma categoria analítica que serve para pensar o corpo biopolítico contemporâneo das lésbicas negras e brancas, cuja identidade híbrida, variável, múltipla, questiona a norma cultural, social e médica da sexualidade e do gênero. O desafio colocado pela teoria lésbica de Wittig, Rich e Clarke é a tensão, a explosão da ordem do “pensamento heterossexual”. Argumentando que a sociedade heterossexual é fundada na necessidade do “outro”, do “diferente” e, assim, não pode funcionar sem esses conceitos, as autoras propõem como estratégia para desestruturar o “pensamento hétero” que “mulher” e “homem” sejam reconhecidos apenas como classe e categorias do pensamento e da linguagem, pois “mulher” e “homem” são construtos teóricos e, como tal, afirma Wittig (2010), não devem ser associados a corpos de lésbicas e de gays. Como afirma essa autora, “se nosotros, las lesbianas y gays, continuamos diciéndonos, concibiéndonos como mujeres, como hombres, contribuimos al mantenimiento de la heterossexualidad” (WITTIG, 2010, p. 54).

Partindo desse entendimento, certa de que o corpo lésbico transcende as marcas do gênero, para pensar as lésbicas e suas organizações como ato de resistência, me aproprio do “corpo lésbico” de Wittig e o renomeio como “Corpo Sapatão”, um corpo militante, em movimento de afeto e luta. Dessa forma, “Corpo sapatão” é uma categoria que evidencia o fosso entre quem constrói as identidades lésbicas e quem simplesmente as vivencia e, assim, é metafórica, constituída no “continuum lésbico” apresentado por Rich (1980) como expressão da profundidade e da amplitude de identificação e vínculos entre mulheres. Como afirma Rich (1980, p. 19), “continuum lésbico” é “um impulso politicamente ativado, não apenas uma validação de vidas



peçoais” (p. 19). Esse impulso é o que agrega e define as “organizações lésbicas” aqui em cena como corpo sapatão, um corpo discursivo, território de saberes e práticas relevantes para as lésbicas e suas/nossas lutas. Assim apreendido, o corpo sapatão é coletivo, reúne diferentes organizações lésbicas (expressões dos movimentos sociais) ligadas por um contínuo de lutas contra o “pensamento heterossexual”, em defesa do amor entre mulheres.

O Corpo Sapatão da Bahia e sua Ginga

Diante do desafio de cartografar o corpo sapatão na Bahia, orientada pelo paradigma “O Pessoal é Político”, que rompe a dicotomia do público e do privado, fazendo emergir outras vozes, outras falas, me aproximo do paradigma “América Latina” (GOHN, 2012), que rompe com o olhar eurocêntrico sobre os movimentos sociais, apresentando uma proposta metodológica para compreensão dos movimentos sociais da América Latina, e me inspiro no paradigma “Exu” (OLIVEIRA, 2007), que se afasta dos princípios ocidentais para pensar a vida a partir dos princípios civilizatórios africanos. O paradigma “Exu” encanta o meu olhar, me conecta ao outro diferente de mim e, na interação com o diferente, reconhecendo Exu como o grande mensageiro, eu me conheço e conheço o outro. Assim, me aventurando pelas encruzilhadas da ciência feminista e da militância lésbica, sou atravessada pela seguinte questão: existe um pensamento lésbico que a ciência precisa conhecer? Se existe, esse pensamento é orientado por qual paradigma? Quais são os seus valores e princípios? Em busca de respostas para essas questões, tecendo uma epistemologia contra-hegemônica (SILVA, 2016), identifico, conforme o Quadro 1, um corpo sapatão constituído por 15 organizações entre 1979 e 2013, todas elas reconhecidas como expressões dos movimentos sociais.

**Quadro 1: Corpo sapatão - Organizações lésbicas da Bahia (1979-2013)**

	Organização	Ano de Fundação	Município	Tipo de organização	Ano de encerramento das atividades
1	GLH – Grupo Libertário Homossexual	1979	Salvador	Coletivo acadêmico não institucionalizado	1987
2	GLB – Grupo Lésbico da Bahia	1993	Salvador	ONG	2002
3	PML – Palavra de Mulher Lésbica	2002	Salvador	ONG	2010
4	LBL –Liga Brasileira de Lésbicas	2003	Estado	Rede nacional não institucionalizada	-
5	Lilás – Liga de Lésbicas de Lauro de Freitas	2008	L. de Freitas	Coletivo não institucionalizado	-
6	Coletivo Feminista Marias	2008	Camaçari	Coletivo não institucionalizado	2010
7	Lesbibahia – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia	2008	Salvador	Coletivo não institucionalizado	-
8	Grupo lésbico Safo	2009	Vitória da Conquista	ONG	-
9	Felipa de Souza – Filial Bahia	2011	Salvador	ONG	2012
10	Articulação de Lésbicas Negras	2011	Salvador	Coletivo não institucionalizado	2011
11	MLMBB – Movimento de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia	2012	Salvador	Coletivo não institucionalizado	-
12	Chá com Bolacha	2013	Itabuna	ONG	-
13	NLSM – Núcleo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Simões Filho	2013	Simões Filho	Coletivo não institucionalizado	-
14	GLMBM -Grupo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais em Movimento	2013	Salvador	Coletivo não institucionalizado	-
15	Fórum ENLESBI- Fórum de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia	2013	Estado	Coletivo não institucionalizado	-

Fonte: elaboração própria.



Iluminado pelo paradigma de “Exu”, o Quadro 1 sugere a existência de três gerações de organizações lésbicas na Bahia. A primeira surgiu na Era da Participação, um período compreendido entre 1978-1989 (GOHN, 2012); a segunda, na Era da Globalização, nos anos 90, e a terceira, na Era das Redes, a partir dos anos 2000. Entre essas gerações, o enlace dos paradigmas “América Latina” e “O Pessoal é Político” aponta um fluxo contínuo de amor - “continuum lésbico” (RICH, 1980) - que gera, visibiliza e potencializa vidas lésbicas, com um pequeno refluxo de aproximadamente 6 anos, entre 1987 e 2003.

O GLH- Grupo Libertário Homossexual, como apresentado em Silva (2016, 2017), foi criado em 1979, logo após o congresso de reconstituição da União Nacional do Estudantes (UNE), por um grupo de estudantes lésbicas, participantes do movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da corrente de inspiração trotskista Libelu - Liberdade e Luta. A motivação para a criação do grupo foi o desencanto com o movimento estudantil e os demais movimentos de esquerda que criticaram a eleição do baiano Ruy César Costa Silva para a presidência da UNE em função da sua suposta homossexualidade. As estudantes lésbicas que ajudaram a eleger Ruy César, reconhecendo que os esquerdistas propagavam conceitos populares que rejeitavam a homossexualidade masculina, uma vez que isso implicava a feminização da masculinidade e interrompia a construção generalizada de masculinidade revolucionária que estava no centro das autoimagens dos militantes (GREEN, 2014), se solidarizaram com o novo dirigente da UNE e, orientadas pela sapatão Margot, professora da UFBA, militante do grupo feminista Brasil Mulher, sessão Bahia, uma das editoras da revista londrina Sapho, decidiram criar o GLH como uma força resistente à negação da homossexualidade. As estudantes queriam um espaço próprio, um lugar seguro para discutir suas experiências e potencializar a existência lésbica dentro e fora da universidade.

Cientes de que a garantia da existência lésbica em tempos “verde oliva” exigia luta política pelas liberdades democráticas, pelo direito à liberdade do pensamento e do corpo, pelo prazer, contra todos os preconceitos, por uma sexualidade livre e plena, as fundadoras do GLH articularam suas lutas às agendas internacionais contra as ditaduras, contra a guerra do Vietnã, pelo direito de Israel se constituir um Estado livre, contra o Código Penal do Irã. Embora a agenda do grupo fosse bastante ampliada, suas fundadoras concentraram esforços na luta pelo



fim da violência contra as mulheres, então protagonizada na Bahia pelas feministas do Brasil-Mulher, e na luta contra violência e discriminação sexual, então protagonizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Depois da morte da professora Margot Piva, em 1984, o grupo se dispersou, e deixou de existir por volta de 1987 (SILVA, 2016; SILVA, 2017).

Sendo a primeira e única organização lésbica existente na Bahia no tempo da ditadura militar, em um cenário de lenta abertura política e de deslizamento entre os conceitos de homossexualidade, comunismo, desordem e oposição ao regime (GIANODOLI-NASCIMENTO, TRINDADE, SANTOS, 2012), o GLH é aqui percebido como uma ancestral da lesbianidade baiana, organização que inicia a produção do fluxo afetivo amoroso entre mulheres que se reconhecem e são reconhecidas como lésbicas e, como tal, é a raiz mais profunda do pensamento lésbico conhecido como ato de resistência no estado. Vale ressaltar que na Era da Participação que deu vida e movimento ao GLH, os movimentos sociais do Brasil passaram da fase do otimismo para a fase da perplexidade, depois para a de descrença, fato que, por si, explica o refluxo entre a primeira e a segunda geração (GOHN, 2012). Como ancestral da lesbianidade baiana, o GLH foi semeador e produtor de pensamento e movimento de libertação lésbica. Seu legado para as gerações futuras foi a ginga sapatão, uma luta situada contra a heterossexualidade obrigatória.

A noção de ginga aqui apreendida é produzida pelo feminismo angoleiro protagonizado por Rosangela Araújo (2013), a Mestre Janja, como processo de metacomunicação, um acordo. Como ressalta a mestra, no conflito do jogo da capoeira, a ginga é um falso conflito. Na ginga, “eu necessito do corpo da outra pessoa para enfrentar aquilo que eu sozinha, na infidelidade eterna do espelho, não consigo”³. Na capoeira, orienta a mestra, se canta a não aceitação do mundo autorizado. Na capoeira se educa. “Entre os capoeiras, educar é algo muito maior que compreender e reproduzir conteúdos, mas olhar para o mundo e tornar-se parte implicada na produção, gestão e difusão dos conhecimentos que se refazem e se renovam” (ARAÚJO, 2015, p.12). Gingar é, pois, lutar, jogar, dançar de diferentes formas, todas elas envolvidas em “vários percursos, concomitantes, e em meio a uma

3 Anotações feitas durante uma aula da disciplina “Filosofia contemporânea: a perspectiva latino-americana e africana”, ministrada pela professora Janja e pelo professor Eduardo Oliveira, em 2010.2, no DMMDC – Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento.



complexa movimentação corporal baseada no respeito e na complementação do que se faz com o outro” (p. 13). Assim, “Gingando esculhambamos fronteiras políticas, culturais e sociais” (ARAÚJO, 2013, s/p), gingando, nós, lésbicas, resistimos à invisibilidade e nos tornamos sujeitas políticas, sujeitas de direito e de desejo. Gingando produzimos conhecimentos relevantes para nossa existência.

Embora o movimento de lésbicas tenha entrado em refluxo na Bahia, a bandeira da visibilidade lésbica e a noção de lesbianidade como ato de resistência produzida e difundida pelo GLH continuaram circulando em terras baianas através da divulgação que o Boletim do GGB (2011) fez das organizações lésbicas de outros estados, especialmente do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), a primeira organização lésbica de São Paulo, criada no mesmo ano em que surgiu o GLH. As ideias/pensamentos do GALF e do GLH, feitas sementes, foram germinadas no tempo e ressurgiram potentes na Era da Globalização, período marcado por uma grande e poderosa revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação, que remodelou a base material da sociedade em ritmo acelerado (CASTELLS, 2000; SANTOS, 2001).

Na Era da Globalização, nos anos 1990, a AIDS assolava a sociedade brasileira. Em torno de 112 direitos consentidos aos casais heterossexuais eram negados aos casais homossexuais, muitos deles relacionados à família. Nesse período, o neoliberalismo retirou de cena os movimentos sociais não institucionalizados e as ONGs assumiram a centralidade da cena política. Boa parte dos movimentos sociais, seduzidos pela dinâmica da institucionalidade, aderiu à ideologia neoliberal, tornando-se parceiros do Estado e corroborando com a ideologia da sociedade civil, sobretudo no aspecto da autonomia. Porém, nos anos 1990, a luta pelo direito à visibilidade, pela livre orientação sexual, pela vida que rejeita a heterossexualidade obrigatória conquistou importantes marcos legais no campo da sexualidade, tanto nos contextos nacionais, quanto no plano global, a exemplo da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena (1993), que definiu o estupro como crime contra os Direitos Humanos; Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (1994), que expandiu a definição de saúde e de direitos reprodutivos para questões relacionadas à sexualidade; Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim (1995), onde foi adotada uma definição segundo a qual os direitos humanos das mulheres incluem o direito ao



exercício da sexualidade, livre de coerção, discriminação e violência (CORREIA, 2001). A inclusão da sexualidade como marco de referência dos direitos humanos, inevitavelmente, fortaleceu e direcionou os repertórios e demandas dos movimentos de lésbicas e das ONGs pautadas pelos princípios da autonomia pessoal ou condição da pessoa, integridade corporal, igualdade e diversidade. Mas os avanços e conquistas dos movimentos que lutaram pelo reconhecimento da sexualidade como uma dimensão estruturante da vida humana, nesse período, não conseguiram impedir que o preconceito e a consequente discriminação em torno das práticas sexuais não heterossexuais permanecessem no novo milênio, e a invisibilidade lésbica continuou impedindo o exercício de liberdades fundamentais, causando entristecimentos, adoecimento, mortes. Como bem avalia a militante Rosangela Castro⁴, em reportagem intitulada “Direito à visibilidade lésbica” (BONEFF, 2004, s.p), “A maior violência contra nós, lésbicas, é o fato de ainda estarmos invisíveis”.

Rompendo a invisibilidade lésbica na Bahia, em 1993, a segunda geração das organizações lésbicas do Estado surgiu no solo das organizações não governamentais que se proliferaram no país. Dando continuidade à ginga sapatão por visibilidade lésbica iniciada pelo GLH, em 1993, foi criado em Salvador (BA) o Grupo Lésbico da Bahia (GLB), a primeira ONG lésbica do Norte e Nordeste, que logo foi alçada à condição de agente privilegiado de mediação entre o Estado e o segmento de lésbicas do Norte-Nordeste, tornando-se defensora da participação da sociedade civil e trazendo para si a função de executor de políticas públicas para o segmento LGBT.

Como única organização lésbica do Norte-Nordeste, o GLB rompeu as barreiras da invisibilidade, expandindo sua ginga em todo o território nacional como uma das fundadoras da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e, para além das fronteiras do país, como uma das organizações fundadoras da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais para a América Latina e o Caribe (ILGALAC). A potência do GLB na luta por visibilidade, cidadania e direitos humanos da população LGBT garantiu a essa organização a condição de referência, modelo de organização, exemplo de militância lésbica exitosa. Como única representante da segunda

⁴ Militante lésbica negra do Rio de Janeiro, participante do II SENALE, uma das fundadoras da ONG Felipa de Souza, criada no Rio de Janeiro em 1998, e uma das fundadoras da Liga Brasileira de Lésbicas, criada em 2003.



geração de organizações lésbicas da Bahia, entre 1993 e 2002, o GLB deixou como legado para as novas militantes a ginga por políticas públicas, e uma longa história de organização, visibilidade e resistência (SILVA, 2016). O GLB, para além de se potencializar como referência política para as lésbicas, potencializou as condições para o surgimento de outras organizações lésbicas, de modo a não interromper o fluxo do movimento das lésbicas iniciado pelo GLH. Mas o GLB adentrou a Era das Redes bastante fragilizado. Entre 2002 e 2003, o GLB saiu da cena política. Antes, porém, fomentou a criação do Grupo Palavra de Mulher Lésbica (GPML), a ONG que deu continuidade a sua ginga, sua sucessora e precursora da terceira geração de organizações lésbicas na Bahia,

“Grupo Palavra de Mulher Lésbica” é nome social do grupo “Palavra de Mulher”, ONG criada na capital baiana, em 1999, por mulheres heterossexuais e algumas lésbicas. O foco dessa ONG era a luta pelo fim da violência contra as mulheres aliada à luta contra o racismo. Em 2002, uma lésbica negra integrante do GLB, incentivada e apoiada pela presidenta do GLB, filiou-se ao Grupo Palavra de Mulher, reivindicando a identidade lésbica negra e logo foi eleita presidenta dessa organização. A nova presidenta, tão logo foi eleita, criou um núcleo de lésbicas que assumiu a centralidade da ONG que, a partir de então, passou se identificar como Grupo Palavra de Mulher Lésbica, criando seu repertório de demandas e ações coletivas expressas nas lutas dos movimentos feminista e LGBT.

Ocupando o vazio deixado pelo GLB, o GPML se potencializou no cenário nacional e internacional filiando-se à ABGLT e à ILGALAC, tomando para si a defesa e a representação das lésbicas no estado, sobretudo das lésbicas negras, que passaram a se posicionar como sujeitas políticas, denunciando o racismo e a lesbofobia no interior dos movimentos LGBT e feministas protagonizados, respectivamente, pelos gays e por mulheres heterossexuais.

Priorizando o diálogo com ONGs LGBTs, essa organização se constituiu ao longo de 10 anos como uma “escola para projetar lésbicas” (SILVA, 2016; 2017). Durante toda a sua existência, essa ONG funcionou como um centro de referência, oferecendo acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às lésbicas em situação de violência que procuravam o grupo em busca de suporte, apoio, troca de experiências, informações. Ciente das dificuldades enfrentadas pelas lésbicas para acessar o estado, o GPML, para além de incentivar a participação política



das lésbicas, promoveu o empreendedorismo como caminho de empoderamento feminino.

Como organização ancestral da lesbianidade negra na Bahia, o GPML cumpriu um papel político importante ao trazer para cena política as lésbica negras como sujeitas políticas. Para além de lesbianizar a ONG Palavra de Mulher, as lésbicas negras do GPML racializaram a lesbianidade na Bahia, mostrando a potência e a resistência das lésbicas negras organizadas. Esse é o maior legado do grupo, que se desarticulou em 2010. Nesse período, como mostra o Quadro 1, cinco organizações lésbicas, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Liga Lilás de Lauro de Freitas, o Coletivo Feminista Marias (CFM), o Coletivo Lesbibahia e o Grupo Sapho constituíam o corpo sapatão que se movimentava em rede.

Como nos mostra Castells (1999), com o advento das tecnologias de informação e comunicação emergentes na década de 1990, comprimindo a noção de espaço e tempo, permitindo maior conectividade entre pessoas de diferentes pontos do planeta, a metáfora da rede como um entrelaçamento de representações simbólicas, místicas, mágicas, inconscientes, plásticas, rituais, religiosas e ontológicas ganhou novas dimensões, superando a metáfora da máquina que tão bem representava os processos de trabalho que prevaleceram na sociedade industrial. Hoje “falamos de redes de celulares, de redes neurais artificiais, de redes organizacionais, de sociedade-rede, de empresa-rede, de redes sociais, de empresa-rede, de marketing-de-rede, de trabalho de rede, de rede de redes” (MARTINHO, 2003, p. 8). Tudo é ou parece ser rede. As redes estão em todos os lugares, nos criando e sendo criadas por nós. Vivemos em rede; somos sociedade em rede (CASTELLS, 1999).

A primeira rede feminista de lésbicas do Brasil, a LBL, como mostra o Quadro 1, foi tecida na capital baiana em 2003. Até 2006, apenas lésbicas negras participaram da tessitura da LBL na Bahia. Mas, em 2007, quando a tessitura dessa rede se desloca para Lauro de Freitas, lésbicas brancas ingressaram na LBL e, desde então, a natureza interracial da rede tem prevalecido no estado, onde a LBL tem se potencializado e se estendido pela capital e pelo interior, reunindo lésbicas e mulheres bissexuais negras e brancas, acadêmicas e não acadêmicas, de diferentes idades e status social (SILVA, 2011, 2016, 2017).



Na perspectiva da ancestralidade lésbica inventada pelo paradigma “Exu”, que reconhece o GLH, o GLB e o GPML como organizações ancestrais da lesbianidade baiana, a LBL é a organização lésbica mais velha. Seu movimento, para além de interiorizar o pensamento lésbico, tem potencializado a criação de outras organizações, como o Coletivo Feministas Marias (CFM), criado em em 2008 e desarticulado em 2010, a Liga Lilás de Lauro de Freitas, também criada em 2008 e desarticulada em meados de 2015. O mais recente grupo que a LBL ajudou a fundar é o Fórum ENLESBI, criado em 2013, a mais nova rede de lésbicas e mulheres bissexuais da Bahia.

A LBL, como já foi amplamente ressaltado e discutido por Silva (2016, 2017), é corpo esquadrinhado pela Ciência. Há teses, dissertações, monografias de final de curso e artigos que reconhecem sua importância na Bahia e no Brasil. Mas sobre o Fórum ENLESBI, que nasceu reunindo as participantes do Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (ENLESBI), um evento criado pela LBL em 2013, não há estudos, embora os trabalhos de Silva (2016) e de Nunes, Silva, Maraux (2017) façam referência a este Fórum ao discutirem sobre o referido ENLESBI, apresentado como o espaço político que dá vida ao Fórum ENLESBI. Esse encontro, segundo os trabalhos acima citados, é a expressão mais potente do trabalho coletivo LBL em parceria com outras organizações lésbicas da Bahia. Como prática política, o ENLESBI é, sobretudo, conhecimento militante, o maior legado da LBL e do Fórum ENLESBI, que de agosto a agosto mantém pulsante a ginga sapatão por visibilidade lésbica iniciada pelo GLH. Para garantir a continuidade desse Encontro como uma política de visibilidade lésbica, a LBL, assim como o Fórum ENLESBI e outras articulações comprometidas com o mesmo, se articulam com o governo do Estado e com as universidades, criando pontes necessárias entre essas instâncias. A realização do ENLESBI no mês da visibilidade lésbica é, sem dúvidas, o grande desafio das organizações lésbicas da Bahia que, juntas, aprendem e ensinam que lesbianizar e racializar a Bahia e o Brasil é preciso.

Lesbianizar e racializar, conforme discutido em Silva (2013), é trazer a perspectiva lésbica para o debate político. É reiterar a raça como eixo que constitui a sujeita lésbica sapatão, que é diversa. Lesbianizar é produzir crítica lesbofálica, como sugere Bruna Irineu (2017). É radicalizar o pensamento e a ação na construção de um projeto de sociedade pautado pelos direitos humanos e pela justiça social. Lesbianizar e racializar é atitude política.



No exercício de lesbianizar e racializar, percebo a LBL e Fórum ENLESBI como comunidades de prática, pensadas pelas lentes de Etienne Wenger (apud TAKIMOTO, 2012) como grupo de pessoas que voluntariamente compartilham de um mesmo interesse ou paixão, interagem regularmente, trocam informações e conhecimento, buscam sustentar a comunidade e compartilham do aprendizado de maneira que podem ser caracterizadas por apresentarem como dimensões o empreendimento conjunto, o envolvimento mútuo e o repertório compartilhado.

Os componentes que caracterizam a LBL e o Fórum ENLESBI como comunidades de prática são a comunidade constituída por lésbicas e mulheres bissexuais; o domínio, que é o interesse comum, ou seja, a auto-organização lésbica como trilha de empoderamento feminino e a prática, que é o ENLESBI, o conhecimento compartilhado que potencializa o interesse comum. Como comunidade de prática, a LBL criou as condições necessárias para o surgimento do Fórum ENLESBI, que, possivelmente, reconhecendo que o “respeito à hierarquia é essencial para que a comunidade viva em harmonia” (MÃE, 2007, p. 42), e, desde a sua criação, tem promovido a existência de tantas outras organização lésbicas no Estado, a exemplo do Coletivo Luana Barbosa, do Coletivo Brejo, dentre outras organizações lésbicas que surgiram sobretudo na região metropolitana de Salvador a partir de 2014.

Potencializar o ENLESBI, garantir a continuidade desse Encontro como conhecimento compartilhado da comunidade de lésbicas e mulheres bissexuais, é o maior desafio da LBL e do Fórum ENLESBI, que gingando na produção de lesbianidade política na Bahia, seguem em movimento de afeto e luta, visibilizando e fortalecendo a (re)existência do corpo sapatão no “continuum lésbico”.

Considerações Finais

Reiterando que este estudo, conforme anunciado anteriormente, é saber militante, produto de uma experiência implicada, retomo as questões que me impelem a tomar as organizações lésbicas como objeto de estudo, reconhecendo que existe um pensamento lésbico que a ciência precisa conhecer. Esse pensamento é resistência, promoção da existência lésbica organizada, conforme demonstrado ao longo desse texto e, como tal, é orientado por diferentes paradigmas. Seus valores e princípios são forjados no amor pelas mulheres e na luta política em defesa desse amor.



Desde o pensamento lésbico aqui em questão, longe do amor entre mulheres não há lesbianidade política, tampouco há feminismos.

Encerro essa reflexão compartilhando o pensamento lésbico de Neide Vieira, sapatão negra periférica de Salvador que faz da poesia sua potência de vida. Seu pensamento-poema, produzido e divulgado no III ENLESBI, é expressão potente do corpo sapatão, o corpo que ginga, e na ginga se cria, recria corpo em movimento, um ser feminista.

A magia da juventude.
Sou negra pobre sapatão
Eu sou uma sapa vó
Sou amorosa, sou violenta
Sou uma revolução preta pobre sapatão
Eu não posso negar que sou preta pobre
Eu não posso negar que sou arco-íris
Eu não posso negar que meus filhos têm que meter o pé
na porta para que tenha seu direito reconhecido e respeitado
O que sou? Não sei o que sou. Sou um corpo que grita.
Sou um corpo que respira, um corpo que chora e sente dor.
Sou um grande e pequeno ser vivo, um grande ser humano
Talvez não.
Eu não quero que você me aceite mas quero que você me respeite.
Que você me respeite o quanto te respeito, é o que quero, e espero!
Eu sou um corpo que grita
Sou um corpo que fala muitas vezes sem essas palavras
Lembre-se que sou um corpo e serei um corpo

(“Ser Feminista”, Neide Vieira, 2015)

Referências

ABBOT, Sidney; LOVE, Bárbara. *Sappho was a right-on woman: a lierted view lesbianism*. New York: Stein and Day Publishers, 1974.

ALMEIDA, G. E. da Silva. *Da invisibilidade a vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face a possibilidade de infecção por DST e AIDS*. Tese. [Doutorado em Saúde Coletiva], Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, 342f.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013>, Acesso em jan. 2018.



ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987

ARAÚJO, Rosângela Costa. Abrindo a roda: conhecimentos que gingam. *Revista Z Cultural*, v. 02, p. 01-19, 2013. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/abrindo-a-roda-conhecimentos-que-gingam/>>, Acesso em jan. 2018;

ARAÚJO, Rosângela Costa (Mestra Janja). *A preta é kalunga: a capoeira angola como prática política entre os angoleiros baianos-anos 80-90*. Rio de Janeiro: MC&g, 2015.

BALZA, Isabel. Ética corporal y sexuación: plasticidad y fluidez en el sujeto del postfeminismo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 21-33, Apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es>, acesso em jan. 2018.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 2v.

BONEFF, Alfredo. *Direito à visibilidade lésbica*. Centro de mídia independente, 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/06/283142.shtml>>, Acesso em Jan. 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em nov. 2017.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Porto Alegre: Libertária, 2009.

CLARKE, Cheryl. *Lesbianism: An Act of Resistance*. The Columbia Reader on Lesbians and Gay Men in Media, Society, and Politics. Columbia University Press, 1990. Tradução livre disponível em: <<http://ebookbrowse.net/lesbianismo-um-ato-de-resistencia-cheryl-clarke-pdf-d281612776>>. Acesso em jan. 2018.

CORREIA, Sonia. Gênero e sexualidade: deslocando o debate da margem para o centro. *Jornal da redesaúde*, n. 24, dez., 2001.



ESPANCA, Florbela. *Sonetos: Texto integral*. São Paulo: Martn Claret, 2003.

FALQUET, Jules. *Breve reseña de algunas teorías lésbicas*. México: Fem-e-libros, 2004. Disponível em: <<http://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/breve-resena-pdf-pr-blog.pdf>> Acesso em nov., 2017.

GGB. *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Luiz Mott (Editor). Salvador: GGB, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10.ed. São Paulo: 2012.

GREEN, James N.; QUINALHA, R. (Orgs). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar; 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995.

IRINEU, Bruna Andrade. Exercendo a “crítica lesbofálica” às demandas por uma “cidadania LGBT” no contexto brasileiro (2013-2016). *Revista Periódicus*, v.7, p.78 - 101, 2017. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22274>>, Acesso em jan. 2018

LEMOS, Ana Carla. *Te vejo*. Poesia lida no VIII SENALE, Porto Alegre, 2008, Poesia lida no 8º SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais e no II ENLESBI- Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia.

LESSA, Patricia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1970-2006)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 261f.

MÃE, Stella de Oxóssi. *Ówe*. Provérbios. Salvador, 2007



MARTINHO, C. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF, 2003.

MERHY, E.E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T.B. et al. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.21-45

NUNES, Virginia C.; SILVA, Zuleide Paiva da; MAURAU, Amélia T.S.R. ENLESBI: Espaço de auto-organização de lésbicas e mulheres bissexuais e empoderamento sapatão. In: Seminário Internacional Enlaçado Sexualidades, V, *Anais Enlaçando*, Salvador: Realize, v.1, 2017. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/resumo.php?idtrabalho=651>> Acesso em jan. 2018;

OAKLEY, Ann. Science, gender and women's liberation: na argument against postmodernis. *Women's studies International Forum*, New York, v. 21, n. 2, 1998, p. 133-146;

OLIVEIRA, Abel Amado de Lima. GLEIGS: Estudar, analisar, debater as desigualdades de gênero e sexualidade. In: Seminário Internacional Enlaçado Sexualidades, V, *Anais Enlaçando*, Salvador: Realize, v.1, 2017. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/resumo.php?idtrabalho=137>>, Acesso em jan. 2018.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, n.5, [1980] 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf> Acesso em fevereiro, 2014.

SALEM, Maria. *A Liga Brasileira de Lésbicas: a construção de sentidos na produção do sujeito político lésbica*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: UNB, 2007, 195f.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR; NEIM-FFCH; UFBA, 2002, p.89-120.



SCOTT, Joan W. *A Invisibilidade da experiência*. Trad. Lúcia Haddad. Proj. História. São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 296.235.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Zuleide Paiva. A Aventura de invernarse lésbica em tempos verde oliva: considerações sobre a primeira organização lésbica da Bahia. In: Seminário Internacional Enlaçado Sexualidades, V, *Anais Enlaçando*, Salvador: Realize, v.1, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA25_ID312_17062017053936.pdf> Acesso em jan. 2018;

SILVA, Zuleide Paiva. *Conceição do Coité “ao quadrado”*: retrato da violência da contra as mulheres (1980-1999). Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. 195f.

SILVA, Zuleide Paiva. Grupo Palavra de Mulher Lésbica: uma escola para projetar lésbicas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, *Anais... 2017*, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG). Santa Catarina: UFSC, 2017.

SILVA, Zuleide Paiva. LBL-BA: Rede sem cabeça, pulsante, comunicante, toda pensante? In: 10. Seminário Internacional Fazendo Gênero :Desafios Atuais dos Feminismos, 10, *Anais Eletrônicos 2013*, Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373208562_ARQUIVO_LBL.BAREDESEMCABECA,PULSANTE,COMUNICANTE,TODAPENSANTE.pdf> Acesso em jan.2018.

SILVA, Zuleide Paiva. LBL - Liga Brasileira de Lésbicas: organização e luta política. *Revista Periódicus* , v.7, p.20 - 53, 2017.Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21650>> Acesso em Jan. 2018,

SILVA, Zuleide Paiva A Teoria política de Monique Wittig revisitada. *Les Online*, v. 5, p. 3-11, 2013.

SILVA, Zuleide Paiva. *Sapatão não é bagunça*: estudo sobre as organizações lésbicas da Bahia. Tese [Doutorado em Difusão do



Conhecimento], UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC, Salvador, 2016, 407f.

SILVA, Zuleide Paiva; ARAÚJO, Rosângela Costa . Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: a teoria política de Monique revisitada. In: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; DORNELLES, Priscila Gomes (Org.). *O Recôncavo baiano sai do armário*. Universidade, gênero e sexualidade. Amargosa: UFRB, 2013, v. , p. 20-40.

TEIXEIRA, Pâmela Sampaio. História e memória de lésbicas na Bahia: um projeto em andamento na UNEB-Coité. In: Seminário Internacional Enlaçado Sexualidades, V, *Anais Enlaçando*, Salvador: Realize, v.1, 2017. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/resumo.php?idtrabalho=432>>, Acesso em jan. 2018;

TORINELLI, Michele. *Cosmovisões, comunidades e resistências na America Latina: o tecido vivo do Bem Viver*, 2018. In: Vida Boa [Blog], publicado em 9 de janeiro, 2018 Disponível em:<<http://vidaboa.redelivre.org.br/2018/01/09/cosmovisoos-comunidades-e-resistencias-na-america-latina-o-tecido-vivo-do-bem-viver/#respond>>, acesso em Jan. 2018;

VIEIRA, Neide. *Ser Feminista*. Poema produzido e apresentado no III ENLESBI, Salvador, 2015, [Não publicado].

WENGER, Etienne. *Communities of practice: a brief introduction*. Disponível em: <www.ewenger.com/theory/>. Acesso em maio 2017.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. 2. ed. Barcelona: Egales, [1981] 2010.

WITTIG, Monique. *El cuerpo lesbiano*. Valencia: Pre-Textos, 1977.



Political Lesbianism in Bahia: what *ginga* is this?

ABSTRACT: Recognizing lesbianism as an act of resistance (CLARK, 1990), I take the lesbian's organizations as subject of study and the experience (SCOTT, 1998) as a starter point for this reflection. Situated at the field of feminists studies of genre and sexuality, I admit that every knowledge is localized (HARAWAY, 1995) and perceive the *ginga* as a production of feminist ideas (ARAUJO, 2015). Oriented by the feminist paradigm "Private is Political", by the "Exu" and by the "Latin America" paradigms, my purpose with this text is present the historical, political and cognitive dimensions of Bahia's lesbians organizations, that recognize and are known as expressions of the new socials movements (GOHN, 2012). This paper acknowledges the political lesbianism in Bahia as *ginga* by the lesbian's resistance initiated at Salvador, Bahia's capitol, during the military dictatorship, and suggests that from the year 2000 and on, the lesbian *ginga* expanded, following the "lesbian continuum" (RICH, 1980), through the state of Bahia. Without any actual pretension, I emphasize that this is a militant knowledge (MERHY, 2008), reflections of an individual who is intended epistemic.

KEYWORDS: Political Lesbianism. Lesbian's organizations. Bahia. Community of Practice.

Zuleide Paiva da SILVA

Professora da Universidade do Estado da Bahia, bibliotecária, doutora em Difusão do Conhecimento, mestra em Gênero, Mulher e Feminismo. Coordenadora do DIADORIM - Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade da UNEB, pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Formação, Educação e Linguagem, ativista da Liga Brasileira de Lésbicas. Atua no campo dos estudos feministas com ênfase na lesbianidade.